



Demonstrativo de Viabilidade do Plano de
Custeio
2022

Ubatuba/SP

Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba
IPMU

PARECER TÉCNICO

A Portaria MF nº 464/2018 estabelece, em seu artigo 2º, que os dirigentes e membros dos conselhos deliberativo e fiscal do RPPS e os gestores e representantes legais do ente federativo deverão pautar suas ações pela observância das prescrições legais e demais normas regulamentares e pela **busca da sustentabilidade de longo prazo do Regime Próprio de Previdência Social**.

Neste íterim, estabelece em seu artigo 64, a obrigatoriedade de realização do estudo de viabilidade financeira e orçamentária do Ente, como uma das ferramentas para esta gestão, bem como determina, na Instrução Normativa nº10/2018, a forma como deve ser executado tal estudo.

“Art. 64. Deverão ser garantidos os recursos econômicos suficientes para honrar os compromissos estabelecidos no plano de custeio e na segregação da massa, cabendo ao ente federativo demonstrar a adequação do plano de custeio do RPPS à sua capacidade orçamentária e financeira e aos limites de gastos com pessoal impostos pela Lei Complementar nº 101, de 2000.

§1º Os estudos técnicos de implementação e revisão dos planos de custeio, inclusive de equacionamento de déficit atuarial e de alteração da estrutura atuarial do RPPS, deverão avaliar a viabilidade financeira, orçamentária e fiscal para o ente federativo e a garantia do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

§2º A viabilidade financeira, orçamentária e fiscal do plano de custeio do RPPS será divulgada, pelo ente federativo e pela unidade gestora do RPPS, por meio do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio,

(...)

§4º A responsabilidade pelas informações a serem prestadas no demonstrativo previsto no §2º relativas às projeções atuariais do RPPS é do atuário e, pelos dados contábeis, financeiros, orçamentários e fiscais, do representante legal do ente federativo e do dirigente da unidade gestora do RPPS.”

Os cálculos foram realizados em arquivo modelo disponibilizado pela Secretaria de Previdência, com formulações estabelecidas por ela, especialmente as projeções futuras do crescimento da receita corrente líquida (baseada na média histórica fornecida pelo município).

Os Anexos I ao IV deste parecer apresentam as tabelas de resultados do arquivo acima mencionado, parte integrante deste documento.

A. Índices e Resultados

Apresentamos a seguir os resultados da análise do impacto do plano de custeio do RPPS para a situação financeira e fiscal do ente federativo, segundo os indicadores de viabilidade do plano de custeio definidos na Instrução Normativa nº 10/2018.

- I- Impacto da Despesa Total de Pessoal na RCL:** resultado da divisão do valor da despesa com pessoal projetada para o exercício pelo valor da Receita Corrente Líquida (RCL) projetada, segundo as instruções do inciso IV do art. 3º da IN nº 10/2018.

Resultado: **Atende aos requisitos**

Em todo o período analisado o percentual de gastos com pessoal projetado permanece **abaixo do limite prudencial de 57%** da Receita Corrente Líquida projetada, conforme demonstrado no Anexo IV.

Observado em 2021: 38,1%

Projeção 2022 a 2056:

Mínimo: 11,59% (2056)

Máximo: 35,24% (2022)

Em 2021 a despesa com pessoal do ente federativo representou **38,1%** da Receita Corrente Líquida.

Considerando as projeções para o período de 2022 a 2056, o percentual de gastos com pessoal atingirá o pico em 2022, chegando a **35,24%**. Por outro lado, o percentual mínimo observado é de **11,59%**, no ano de 2056.

- II- Percentual Acima do Limite Prudencial:** resultado da divisão do valor apurado no inciso I do artigo art. 4º da IN nº 10/2018 pelos percentuais de despesas com pessoal estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 2000:

Resultado: **Atende aos requisitos**

Em todo o período analisado o percentual de gastos com pessoal projetado permanece abaixo do limite prudencial de 57% da Receita Corrente Líquida projetada.

- III- Impacto do Déficit Atuarial após a Inclusão no Quociente do Limite de Endividamento:** quociente do limite de endividamento após inclusão do resultado atuarial de que trata a alínea "f" do inciso I do art. 3º da IN nº 10/2018.

Resultado: **Atende aos requisitos**

Resultado: **1,0079**

Conforme resultado apurado, após a inclusão do Déficit Atuarial, o quociente do limite de endividamento permanece **inferior** a 1,2 vezes a receita corrente líquida.

- IV- Resultado Financeiro do Fluxo Atuarial, conforme alínea "f" do inciso IV do art. 3º da IN nº 10/2018.**

Resultado: **Atende aos requisitos**

As projeções realizadas demonstram evolução **satisfatória** dos Recursos Garantidores do RPPS, considerando o plano de custeio vigente apresentado na Avaliação Atuarial deste exercício, bem como as receitas e despesas decorrentes da reposição da massa.

B. Conclusão

Conforme os resultados apresentados, entende-se que o Plano de Custeio apurado na Avaliação Atuarial de 2021 demonstra viabilidade financeira e orçamentária para sua aplicação.

Ressalta-se que os cálculos foram realizados consoantes as informações da receita corrente líquida – RCL e despesa total com pessoal – DTP fornecidos pelo Ente Federativo. Ainda, utilizou-se a metodologia de projeção baseado no crescimento real médio da RCL e DTP conforme planilha modelo disponibilizada pela Secretaria de Previdência, parte integrante deste documento.

Portanto, cabe ao Ente Federativo referendar as projeções da receita corrente líquida e da despesa total com pessoal apresentados neste Parecer, e caso haja discordância dos valores, manifestar-se.

Sem mais para o momento e à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,



Vanessa Pinheiro Diniz
Atuária MIBA 1.562



Thiago Fernandes
Atuário MIBA 100.002
Diretor Técnico

ANEXO I – DESPESA COM PESSOAL

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Exercício 2021)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	213.459.055,62
Pessoal Ativo	163.295.497,19
Pessoal Inativo e Pensionistas	37.069.328,97
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.18 da LRF)	13.094.229,46
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)	42.408.730,12
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	5.339.401,15
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	37.069.328,97
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	171.050.325,50
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP(IV) = (IIIa + IIIb)	171.050.325,50
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	448.767.249,41
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	38,1%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	60,0%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	57,0%
LIMITE DE ALERTA (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	54,0%

ANEXO II – HISTÓRICO

01 - Crescimento Médio da Receita Corrente Líquida (RCL) e Despesa com Pessoal

Ente:		Ubatuba / SP
Ano base da Avaliação		2022
Data Base:		31/12/2021
Data Cálculo:		26/03/2022

	Calculado	Informado
Contribuições do Ente + Parcelamentos (Ano: 2020)		19.857.878,83
Despesas do RPPS - Benefícios e Administrativas (Ano: 2020)		38.695.906,14
Despesa com Pessoal (exceto RPPS)	132.354.419,36	
Dívida Consolidada da Líquida – DCL		-29.880.019,52
Resultado Atuarial	-92.760.079,45	-386.406.014,25
Varição Média – RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	5,08%	
Varição Média - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	1,78%	

ANO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	Inflação do Ano	Inflação Acumulada	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (em base de 2019)	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (em base de 2019)	Varição real da RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Varição real da DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL
2011								
2012								
2013								
2014					-	-		
2015	244.857.243,22	114.558.760,95	11,28%	51,96%	334.377.395,27	156.441.604,87		
2016	258.396.298,21	128.143.756,02	6,58%	36,56%	331.081.204,53	164.189.616,45	-0,99%	4,95%
2017	273.874.480,03	138.352.478,50	2,07%	28,13%	343.807.131,15	173.680.179,02	3,84%	5,78%
2018	296.034.228,45	145.133.869,87	3,43%	25,53%	359.287.346,96	176.144.371,32	4,50%	1,42%
2019	333.854.068,48	172.000.065,76	4,48%	21,37%	387.808.079,51	199.796.921,70	7,94%	13,43%
2020	374.459.888,03	172.711.625,48	5,45%	16,16%	412.505.761,57	190.259.472,05	6,37%	-4,77%
2021	448.767.249,41	171.050.325,50	10,16%	10,16%	448.767.249,41	171.050.325,50	8,79%	-10,10%

ANEXO III - INCREMENTO DO CUSTEIO ESPECIAL PROPOSTO NA RCL PROJETADA DO ENTE

Impacto do déficit atuarial após a inclusão no Quociente do Limite de Endividamento	79,45%
--	---------------

ANO	No.	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Despesa com Pessoal (exceto RPPS)	Pessoal Ativo Efetivo (Código 109001)	Aposentadorias e Pensões (Códigos 210000 e 220000)	Contribuição Patronal (Código 121000 – Todos os Planos)	Contribuição Suplementar (Código 130101 - Todos os Planos)	Parcelamentos (Código 130201 - Todos os Planos)	Insuficiência ou Excedente Financeiro (Código 250001 - Todos os Planos)	Despesa com Pessoal - LRF	Evolução dos Recursos Garantidores (Código 290001)
2021	0	448.767.249,41	132.354.419,36	85.676.477,37	35.405.726,15	11.451.392,13	6.161.883,45	1.286.612,32	(6.353.438,70)	157.607.745,96	435.594.848,96
2022	1	471.548.005,16	134.716.897,86	79.016.114,07	41.538.606,61	10.561.177,76	8.052.349,29	-	(12.853.753,17)	166.184.178,07	443.867.445,96
2023	2	495.485.179,60	137.121.545,74	77.110.311,23	42.864.079,18	10.306.450,95	10.003.165,12	-	(12.529.308,24)	169.960.470,04	452.865.708,85
2024	3	520.637.475,96	139.569.115,71	75.212.316,04	44.198.903,98	10.052.767,70	12.015.801,94	-	(12.152.444,03)	173.790.129,38	462.677.251,70
2025	4	547.066.577,43	142.060.373,93	72.735.719,13	45.942.601,47	9.721.749,39	14.091.762,79	-	(12.232.593,63)	178.106.479,75	472.884.504,77
2026	5	574.837.298,44	144.596.100,20	68.482.794,53	49.406.237,29	9.153.309,74	16.232.583,40	-	(14.233.237,50)	184.215.230,84	481.586.165,75
2027	6	604.017.743,56	147.177.088,27	64.218.514,35	52.603.956,34	8.583.352,31	18.439.832,80	-	(15.917.198,19)	190.117.471,57	489.025.896,60
2028	7	634.679.474,56	149.804.146,04	60.037.618,92	55.776.116,22	8.024.539,97	20.715.114,06	-	(17.458.857,72)	196.002.657,80	495.284.794,86
2029	8	666.897.685,91	152.478.095,85	56.639.031,98	58.051.631,44	7.570.289,83	23.060.064,97	-	(17.957.725,59)	201.066.176,24	501.348.381,83
2030	9	700.751.389,17	155.199.774,69	53.341.430,87	60.130.841,97	7.129.537,31	25.476.358,74	-	(18.162.391,51)	205.968.062,24	507.501.386,84
2031	10	736.323.606,75	157.970.034,51	49.610.247,81	62.530.397,81	6.630.832,86	27.965.704,70	-	(18.695.201,31)	211.261.773,38	513.420.002,79
2032	11	773.701.575,53	160.789.742,47	45.744.549,30	65.055.464,87	6.114.149,27	30.529.849,09	-	(19.283.972,92)	216.717.713,76	519.036.900,00
2033	12	812.976.960,80	163.659.781,19	43.223.363,39	66.096.936,28	5.777.171,27	33.962.389,51	-	(17.352.457,49)	220.751.799,46	526.857.732,16
2034	13	854.246.081,03	166.581.049,07	39.477.023,96	68.159.210,66	5.276.441,04	34.519.372,70	-	(19.499.855,11)	225.876.717,91	532.910.477,06
2035	14	897.610.144,14	169.554.460,52	35.803.448,49	70.101.775,38	4.785.436,34	35.085.490,41	-	(21.523.693,42)	230.949.080,69	537.232.941,78
2036	15	943.175.495,62	172.580.946,29	33.519.763,87	70.680.548,40	4.480.202,41	35.660.892,45	-	(21.978.937,56)	234.700.978,71	541.309.801,90
2037	16	991.053.879,40	175.661.453,74	30.680.762,16	71.657.761,70	4.100.745,61	36.245.731,09	-	(22.889.935,76)	238.897.866,19	544.673.391,53
2038	17	1.041.362.711,85	178.796.947,13	28.108.582,12	72.283.036,74	3.756.951,80	36.840.161,08	-	(23.410.639,04)	242.804.699,04	547.679.411,98
2039	18	1.094.225.369,76	181.988.407,94	25.952.678,78	72.433.482,95	3.468.796,93	37.444.339,72	-	(23.410.996,48)	246.312.541,06	550.830.866,99
2040	19	1.149.771.492,87	185.236.835,17	23.391.040,68	72.799.713,39	3.126.412,14	38.058.426,89	-	(23.699.840,61)	250.121.514,81	553.846.323,43
2041	20	1.208.137.301,84	188.543.245,65	21.491.222,69	72.505.945,91	2.872.485,26	38.682.585,09	-	(23.203.605,29)	253.301.921,30	557.504.264,82
2042	21	1.269.465.932,26	191.908.674,37	19.069.255,82	72.555.568,01	2.548.768,73	-	-	(62.430.623,55)	256.888.066,64	522.112.598,12
2043	22	1.333.907.785,75	195.334.174,77	17.109.633,23	72.126.223,54	2.286.848,45	-	-	(62.461.559,92)	260.082.583,14	484.973.499,20

ANO	No.	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Despesa com Pessoal (exceto RPPS)	Pessoal Ativo Efetivo (Código 109001)	Aposentadorias e Pensões (Códigos 210000 e 220000)	Contribuição Patronal (Código 121000 – Todos os Planos)	Contribuição Suplementar (Código 130101 - Todos os Planos)	Parcelamentos (Código 130201 - Todos os Planos)	Insuficiência ou Excedente Financeiro (Código 250001 - Todos os Planos)	Despesa com Pessoal - LRF	Evolução dos Recursos Garantidores (Código 290001)
2044	23	1.401.620.898,73	198.820.819,11	15.085.478,92	71.663.292,00	2.016.302,96	-	-	(62.477.775,73)	263.314.897,79	446.016.938,19
2045	24	1.472.771.330,03	202.369.698,79	13.354.909,58	70.865.990,79	1.784.997,60	-	-	(62.112.677,92)	266.267.374,31	405.536.081,77
2046	25	1.547.533.568,11	205.981.924,69	10.745.142,87	70.740.847,93	1.436.180,01	-	-	(62.550.257,03)	269.968.361,74	362.654.324,70
2047	26	1.626.090.959,00	209.658.627,52	9.349.703,56	69.508.818,57	1.249.667,65	-	-	(61.720.236,69)	272.628.531,85	318.522.822,76
2048	27	1.708.636.155,90	213.400.958,16	7.616.466,43	68.497.356,22	1.018.005,72	-	-	(61.146.047,68)	275.565.011,56	272.825.131,99
2049	28	1.795.371.591,66	217.210.088,04	6.324.619,04	67.048.929,10	845.339,29	-	-	(60.096.379,53)	278.151.806,86	225.960.771,36
2050	29	1.886.509.975,23	221.087.209,52	5.351.625,39	65.274.557,90	715.290,39	-	-	(58.671.763,37)	280.474.263,28	178.248.105,40
2051	30	1.982.274.813,29	225.033.536,22	4.401.329,19	63.436.655,56	588.275,20	-	-	(57.185.170,16)	282.806.981,57	129.707.968,35
2052	31	2.082.900.958,38	229.050.303,41	3.131.845,33	61.832.504,41	418.597,85	-	-	(55.990.954,48)	285.459.855,75	80.007.850,34
2053	32	2.188.635.184,86	233.138.768,45	2.032.361,17	60.058.099,94	271.642,41	-	-	(54.595.233,82)	288.005.644,68	29.292.997,26
2054	33	2.299.736.794,08	237.300.211,11	1.337.624,99	57.919.195,28	178.784,99	-	-	(52.781.479,97)	290.260.476,08	-
2055	34	2.416.478.250,29	241.535.934,02	1.004.843,35	55.461.821,59	134.305,89	-	-	(50.592.028,70)	292.262.268,60	-
2056	35	2.539.145.848,84	245.847.263,05	699.969,20	52.979.814,54	93.556,86	-	-	(48.375.790,32)	294.316.610,22	-

ANEXO IV – INDICADORES DE VIABILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO

ANO	No.	Impacto da Despesa Total de Pessoal na RCL	Relação com Limite Prudencial (Parágrafo único do art. 22 da LRF)	Efetividade do Plano de Amortização
2021	0	35,12%	-38,39%	
2022	1	35,24%	-38,17%	1,90%
2023	2	34,30%	-39,82%	2,03%
2024	3	33,38%	-41,44%	2,17%
2025	4	32,56%	-42,88%	2,21%
2026	5	32,05%	-43,78%	1,84%
2027	6	31,48%	-44,78%	1,54%
2028	7	30,88%	-45,82%	1,28%
2029	8	30,15%	-47,11%	1,22%
2030	9	29,39%	-48,43%	1,23%
2031	10	28,69%	-49,66%	1,17%
2032	11	28,01%	-50,86%	1,09%
2033	12	27,15%	-52,36%	1,51%
2034	13	26,44%	-53,61%	1,15%
2035	14	25,73%	-54,86%	0,81%
2036	15	24,88%	-56,34%	0,76%
2037	16	24,11%	-57,71%	0,62%
2038	17	23,32%	-59,09%	0,55%
2039	18	22,51%	-60,51%	0,58%
2040	19	21,75%	-61,84%	0,55%
2041	20	20,97%	-63,22%	0,66%
2042	21	20,24%	-64,50%	-6,35%
2043	22	19,50%	-65,79%	-7,11%
2044	23	18,79%	-67,04%	-8,03%
2045	24	18,08%	-68,28%	-9,08%
2046	25	17,45%	-69,39%	-10,57%
2047	26	16,77%	-70,59%	-12,17%
2048	27	16,13%	-71,71%	-14,35%
2049	28	15,49%	-72,82%	-17,18%
2050	29	14,87%	-73,92%	-21,12%
2051	30	14,27%	-74,97%	-27,23%
2052	31	13,70%	-75,96%	-38,32%
2053	32	13,16%	-76,91%	-63,39%
2054	33	12,62%	-77,86%	-100,00%
2055	34	12,09%	-78,78%	-100,00%
2056	35	11,59%	-79,66%	-100,00%